

## Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Airto  
Ferronato



Tiago  
Albrecht



Gilson  
Padeiro



João  
Bosco Vaz



Roberto  
Robaina

### 027ª CEFOR Audiência Pública 27AGO2024

**Pauta:** Audiência Pública para apresentação e debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025 – LDO.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** (10h07min) Bom dia, estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Quero registrar a importância da presença de todos e todas, estamos aqui com as presença deste vereador, Airto Ferronato; Gilson Padeiro, Tiago Albrecht, o nosso querido Bosco Vaz, além do secretário Fantinel, da Fazenda, o Bruno Breyer Caldas, secretário adjunto do Planejamento, além de colega e parceiro do Tribunal de Contas do Estado. Vou convidar o representante do Simpa para estar conosco, não sei quem é que participa? Bom dia, é o Assis Olegário, meu amigo, parceiro, fomos colegas de secretaria por muito tempo, aqui no Município de Porto Alegre, agora representando o Simpa. Vou ler o edital de audiência pública que foi publicado no Jornal do Comércio, no Dopa do dia 21 de agosto de 2024, bem como no site deste legislativo. (Lê.):

“EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.(...) O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA, à comunidade porto-alegrense, com base no art. 48, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e art. 35, inciso II, e art. 37, inciso I, alínea b, do Regimento da Câmara

Municipal de Porto Alegre, que a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL – CEFOR –, realizará Audiência Pública para apresentação e debate das Diretrizes Orçamentárias 2025 para o Município de Porto Alegre, no dia 27/08/2024, às 10h,[hoje] na Sala de Reuniões nº 302, da Câmara Municipal de Porto Alegre, na Av. Loureiro da Silva nº 255, Bairro Centro Histórico. Porto Alegre, 20 de agosto de 2024. VEREADOR MAURO PINHEIRO, Presidente.”

Registro a presença do amigo, Ver. Roberto Robaina – nossa comissão está completa, todos presentes. Trata se de uma reunião importante da Câmara, que se faz uma vez por ano, para tratar, trazer e mostrar, para o Legislativo da sociedade de Porto Alegre, como está formatada nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias. Desde já agradeço a presença de todos, registro as seguintes presenças: Sra. Isadora Pinto da Silva, do gabinete da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger; Rodrigo e Bruno, que já citei; Sr. Gustavo Moeller, Coordenador de Planejamento Orçamentário; Sra. Luciana Pereira Trindade chefe de gabinete do Ver. Gilson Padeiro; Sr. Jorge André Carrion, Prefeitura Municipal de Porto Alegre; SMPAE; Sr. Henrique Goettert Eichler, também da SMPAE; Sr. Emanuel Corrêa, assessor do Ver. Roberto Robaina; Sr. Paulo Ortega, assessor da nossa comissão, Sra. Bete Charão, do Simpa; Sr. Assis Olegário; Sra. Sílvia Fernandes, jornalista do Simpa; Sra. Elisandra Borba, jornalista da Secretaria da Fazenda, Sra. Bethânia Helder, jornalista da SMPAE; Sr. Edson Zomar, do Simpa e do nosso DMAE; Sr. João Ezequiel, do Simpa; Sr. Gabriel Santos, assessor. Está ali o Bernardo, assessor, acredito que citamos todos; Emanuel; nosso fotógrafo querido, assessoria toda nossa. Guilherme, se passar, a gente anuncia, porque são presenças importantes. Então, com a palavra, o Sr. Bruno Breyer Caldas, secretário adjunto.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Primeiramente, bom dia a todos, pessoal; saúdo a todos os vereadores. Nós faremos a apresentação da LDO de 2025, as diretrizes orçamentárias, então, para primeiro ano legislativo da próxima legislatura. Iniciaremos a apresentação pelo lado da receita, cuja estimativa, boa

parte, é executada pela Secretaria da Fazenda. Passo a palavra, então, ao Sr. Rodrigo Fantinel, secretário.

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** Bom dia a todos e a todas; bom dia aos vereadores que estão com a gente, ao Bruno, ao pessoal que nos acompanha aqui. Mais uma apresentação de LDO, e é uma satisfação sempre trazer esses números aqui para discutir com os vereadores. O objetivo desta audiência é a gente dar publicidade a isso para que depois seja feita ali a análise e a votação do projeto; lembrando que a LDO vai nos trazer diretrizes para, depois, a gente fazer a LOA, e aí, sim, detalhar um pouco mais onde a gente vai aplicar os recursos.

(Procede-se à apresentação.)

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** Então, vamos lá: as principais premissas econômicas... A gente pega essas premissas sempre do Relatório Focus, e nós pegamos esta aqui quando se começou a montar o projeto, lá em 28 de junho de 2024, então ali tem a projeção do IPCA para 2025, 2026 e 2027; a variação do PIB também projetada para esses três anos e a taxa Selic estimada para o final de cada um dos anos. A gente pega esses três indicadores porque eles têm reflexo direto nas nossas projeções de receita. Pode passar. Então, aqui, a gente tem aberto a receita tributária e as transferências; e aí a gente tem, na primeira coluna, ali, a descrição de cada um dos tributos e das transferências; na segunda coluna, nós temos um valor ali que é a nossa estimativa neste momento de quanto a gente espera arrecadar em cada uma dessas receitas até o final de 2024; e, na terceira coluna, o valor que está sendo encaminhado aqui na LDO. Então, por exemplo, na receita tributária, a gente estima arrecadar, este ano, R\$ 3,4 bilhões; e, para a LDO de 2025, nós estamos trazendo uma estimativa de R\$ 3,7 bilhões – isso dá um acréscimo de R\$ 333 milhões, aproximadamente um acréscimo de 9,74%. Esse raciocínio vale para todas as outras linhas, então a gente pode observar que, no IPTU, a gente tem um acréscimo menor. E por que

isso? Porque o IPTU de 2025 vai estar impactado pelo projeto de lei que foi aprovado aqui na Câmara, através do qual a gente vai dar o desconto... Desconto não; na verdade, é um crédito para quem acabou pagando à vista o IPTU de 2024 e foi afetado pelas enchentes. Depois, nós temos um crescimento ali que a gente espera um pouco mais substancial no ITBI e no ISS, lembrando que o ISS é a nossa principal receita, e acreditamos que ele vai ter um bom desempenho. O Imposto de Renda Retido na Fonte também virou uma receita bastante importante do Município desde que a gente começou a reter o imposto dos nossos fornecedores; a Taxa de Coleta de Lixo. E aí, depois, nas transferências, se projeta um crescimento mais modesto – está na ordem de R\$ 40 milhões, o que significa 2,72%. O FPM cresce um pouquinho; o ICMS é uma dificuldade para o Município de Porto Alegre, tem um crescimento baixo, e cada vez mais a gente perde ICMS, porque Porto Alegre se torna cada vez mais uma capital de serviço, então, o que a gente acaba ganhando lá em cima, no ISS, a gente perde no ICMS. E o IPVA, praticamente, constante ali. Então se nós pegarmos o total dos impostos e das transferências, nós estamos falando aí de um crescimento de R\$ 374 milhões, de 7,62%. Aqui a gente traz um pouquinho dos números referentes a nossos últimos três meses para gente poder avaliar o impacto da enchente nas receitas do município. Na primeira coluna ali, o mês de maio, para cada um dos tributos e para cada uma das transferências, a gente observa que no mês de maio, em relação ao que estava projetado, a gente teve uma perda de quase R\$ 71 milhões, que é muito expressiva. Aí veio o mês de junho e no mês de junho só o que ficou positivo ali foi o IPVA e o FPM. Então a perda no mês de junho foi de outros quase R\$ 60 milhões; e aí vem o mês de julho, vocês observem que no mês de julho quase tudo ficou positivo, exceto o FPM. Mas é uma variação pequenina ali no FPM em relação ao que nós projetamos. Por que que o mês de julho teve esse desempenho aí, vamos dizer assim azul ou preto como está ali, mas vamos falar em azul que fica mais didático, porque a gente implantou o RecuperaPOA, e aí muitos porto-alegrenses acabaram negociando suas dívidas, e a gente conseguiu arrecadar R\$ 62 milhões acima do que estava previsto.

Agora vou trazer os números do RecuperaPOA na sequência, mas vocês guardem esse número, em julho foi R\$ 63 milhões, aproximadamente, acima do previsto. Se nós pegarmos os três meses, pós enchente, nós estamos falando aí de uma perda nos três meses, mesmo com o RecuperaPOA compensando parte disso de R\$ 67 milhões. Realmente, é um ano esse muito mais desafiador do que foi os três anos anteriores, nos quais eu estou nessa função de secretário da fazenda.

Esses aqui são os números do RecuperaPOA, a primeira fase, vocês vejam o seguinte: a gente fez 5.722 duas negociações. A gente negociou R\$ 128 milhões, só que R\$ 128 milhões é o valor bruto do imposto, quando a gente dá os descontos do RecuperaPOA, isso cai para R\$ 66 milhões. Então o que entrou em caixa, efetivamente foi R\$ 66 milhões. Vocês vejam que em julho nós arrecadamos R\$ 62 milhões a mais do que o previsto, por quê? Por causa do RecuperaPOA - R\$ 66 milhões. Se nós não tivéssemos o RecuperaPOA, em julho nós estaríamos com uma situação quase empatada, vamos dizer assim, em relação ao previsto, não teria esse crescimento, ficaria R\$ 4 milhões abaixo, mas aí também não seria muito significativo, mas significa que a nossa receita ela só deu esse soluço no mês de julho, que bom que deu, ainda bem que deu, em função do RecuperaPOA. Aí o RecuperaPOA teve um resultado tão significativo que nós mandamos para cá, para a Câmara, agora no início do mês de agosto, um pedido de prorrogação, e foi votado e aprovado aqui pela Câmara, e ele já está em andamento. Nesse momento, aqui, os números ainda são bem iniciais, ele vai até o final de setembro, mas a gente já fez outras 267 negociações, gerando um valor líquido aí de R\$ 807 mil até o momento. Claro que isso aqui está mudando todos os dias, nessa semana, a última semana do mês, então muitas das guias do RecuperaPOA vencem na sexta-feira. Acho que semana que vem o número já fica um pouquinho mais gordinho, aí a gente tenta também buscar outras formas de recuperar essa receita que se perdeu em função da enchente.

O Bruno vai assumir a apresentação.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Obrigado, secretário. Agora apresentamos o outro lado da LDO, então ouvimos os principais números relativos às receitas próprias, agora veremos os números relativos à despesa.

As etapas do Orçamento se restringem, ou podem ser detalhadas em cinco etapas. A primeira estimativa da receita, principalmente executada pela Fazenda, mas também por outras entidades, como por exemplo o DMAE, ou Fundo Municipal da Saúde, pela Saúde. Depois nós fizemos a fixação das despesas com base nessa receita, e essa receita que limitou a despesa também limita as nossas metas fiscais e gera as diretrizes orçamentárias para o ano seguinte. Em seguida, a próxima etapa, é a elaboração da LOA, com o detalhamento das prioridades estratégicas do governo, e, por último, a análise da Câmara e apreciação de qual será o orçamento a ser executado no ano seguinte pelo Executivo. Então, legalmente, a LDO é um instrumento de planejamento orçamentário que faz a conexão entre o plano plurianual e o orçamento anual. Então no PPA nós temos as metas para o quadriênio seguinte, e a LDO então gera as diretrizes ou as limitações de dispêndio a cada ano, que se traduz então na LOA, que sai o dispêndio a ser executado anualmente. Conseqüentemente, a LDO tem as limitações de despesa de pessoal, o superávit primário, o resultado nominal e outras autorizações ou vedações que podem, então, ou são negadas, para o ano seguinte. Então, inicialmente, temos as metas e prioridades, as diretrizes, bem como a LDO limita as alterações da legislação tributária do Município também faz as disposições com pessoal e encargos e as metas e os riscos fiscais, bem como uma avaliação atuarial da previdência de Porto Alegre para os próximos 30 anos. Então, na LDO de 2025, nós temos algumas mudanças que são importantes de se mencionar; a primeira é a da segunda linha ali, o Poder Legislativo, que é por força da Emenda Constitucional nº 109 de 2021, que obrigou a inclusão de despesas com inativos e pensionistas no duodécimo da Câmara. Também em virtude do nosso ano extremamente atípico em 2024, com a maior calamidade da história do Brasil, nós temos diversos projetos destinados à reconstrução da cidade, e temos duas diretrizes que já temos de praxe feito nos últimos anos, que é a da

primeira linha, que é o Orçamento Participativo, que são valores específicos para o OP, que é uma a demanda e uma ordem do prefeito Melo, e também temos autorização da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, que nós temos incluído então nos últimos anos na LDO. Bom, então, os principais números: Receita/Despesa Total de R\$ 11,8 bilhões em 2025; 2024 a LOA era de R\$ 11,6 bilhões, então um incremento aí entorno de 2%; Resultado Primário de R\$ 53 e Nominal de R\$ 109 milhões; uma Dívida Pública Consolidada de R\$ 2,5 bilhões; isso então é considerando que nós consigamos fazer todos os investimentos e obter todos os financiamentos necessários para tais investimentos, o que é extremamente complicado, considerando que é um ano pós-enchente; uma projeção de RCL de R\$ 8,569 bilhões; significa que 1% da RCL é entorno de R\$ 85 milhões, e Operações de Crédito, principalmente de bancos internacionais, em torno de R\$ 633 milhões para investimentos. Então qual foi a ordem para os limites da LDO? Nós fazemos então uma classificação das despesas, inicialmente em compulsórias, como pessoal e dívida, depois em administrativas, que são administração geral, inversões, características de pessoal, como, por exemplo, o vale, encargos, não de dívida, mas encargos de despesa de pessoal, trabalhistas – exatamente, obrigado, vereador –, e processamento de dados que também são contratos continuados que nós temos para manter o funcionamento da Prefeitura. Mantidas essas despesas, nós fazemos então a inclusão das entregas finalísticas, que inicialmente é a manutenção das despesas atuais, os atuais serviços de saúde, educação, segurança, cultura e outros que nós mantemos, e, por último, considerando sobre orçamentária ou disponibilidade orçamentária, nós fazemos a ampliação e qualificação das atividades a partir das demandas da população e das diretrizes do governo.

Então, a LDO são grandes números, não entramos em detalhamento de despesa por secretaria ou por grupo de despesa. Nós temos os grandes números, o total de R\$ 11,8 bilhões, 1% de incremento em relação a 2024. E é importante ressaltar a enorme incerteza com relação aos números para 2025 oriundos da enchente que ocorreu este ano, que gera uma dificuldade grande de estimativa

de despesa, quais são as despesas represadas que nós temos que compensar e, ao mesmo tempo, uma incerteza maior nas receitas, considerando a retomada econômica, considerando que 30% do território foi alagado, que mais de 30%, 50% dos CNPJ foram afetados. Então, a capacidade produtiva e arrecadatória do Município tem uma incerteza para o ano de 2025 que a gente nunca viu antes, pelo menos não oriunda de um desastre natural como ocorreu.

Em termos de pessoal e encargos sociais, incremento de 2%, um incremento vegetativo. Temos também juros e encargos oriundos do financiamento da retomada da cidade, financiamento da reconstrução da cidade após a calamidade, um incremento de 19%; uma manutenção do ODC – Outras Despesas Correntes, questão das despesas correntes e dos serviços prestados à população. Os investimentos totais em relação à LOA têm um pequeno declínio, mas há um incremento em relação ao financiado, então mais recursos externos nós utilizaremos.

Na antepenúltima linha, amortização da dívida, nós temos um declínio em relação a 2024 muito por causa da carência obtida junta aos órgãos financiadores e um equilíbrio nas reservas. Então, a LDO do ano que vem está muito semelhante à LOA de 2025 nos grandes números, especialmente porque há uma incerteza enorme sobre a situação financeira do Município para o primeiro ano da legislatura do ano que vem.

Nós temos diretrizes que não são conservadoras; são bem realistas e, ao mesmo tempo, nós sabemos que vai ser um ano muito desafiador devido às consequências, porque são desafios diferentes. Este governo começou com o desafio da covid e terminou com o desafio da enchente, e a próxima legislatura inicia com o desafio da reconstrução da cidade. É isso. Muito obrigado.

Ah, desculpem, esqueci de mencionar os principais financiamentos que nós faremos e que estão em andamento para o ano que vem. São com cinco bancos internacionais para a reconstrução da cidade, totalizando R\$ 5 bilhões. Para o ano que vem, em torno de R\$ 633 milhões estão relativamente bem encaminhados, e objetivo é assiná-los ao longo desse semestre e no início do ano que vem. Tem inicialmente um financiamento para a drenagem que é com

um banco alemão, KfW, de R\$ 1,2 bilhões; tem um financiamento junto ao NDB, que é o banco dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Grupo de países emergentes.) – de proteção contra as cheias de R\$ 1,1 bilhão; tem em andamento já o Centro+4D, que é com o Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento, que é para a revitalização do centro e do 4º Distrito de R\$ 1 bilhão; temos também o financiamento com a CAF, que é a Corporação Andina de Fomento, para a reconstrução dos principais bairros afetados pela enchente, de em torno de R\$ 500 milhões, e temos o financiamento junto do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – que é o Porto Alegre+Social, que é a reconstrução pós-desastre com foco também em sustentabilidade fiscal e inclusão social de em torno de R\$ 1 bilhão, totalizando mais de R\$ 5 bilhões. Então, essas são as grandes diretrizes e as grandes inclusões de despesas relacionadas à reconstrução que a realidade impôs e demanda que nós façamos essas atividades já iniciando agora e tomando o quanto antes esse financiamento para que, a partir do 2025, a gente possa executá-lo. Muito obrigado, pessoal, ficamos abertos aos questionamentos.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Muito bom, eu quero primeiro cumprimentar o nosso secretário Fantinel e o secretário Bruno pela bela apresentação didática e a exposição que vocês nos fazem, bastante compreensível. Eu acho que foi muito bom para todos nós. Vamos passar a palavra aos vereadores e também ao Assis.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Só uma pergunta rápida. Qual é o valor dessas dívidas com cinco bancos? Seiscentos e pouco é em 2025, e quanto tempo mais o pagamento? Por quanto tempo?

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Sim, entendi, obrigado, vereador, pela pergunta. O total do financiamento é em torno de R\$ 5 bilhões, via de regra em torno de 10 anos; dois anos de carência e oito para pagar. Essa é a regra geral, alguns são mais, outros são menos. A agência francesa é menos, a agência

francesa é de cinco anos, mas tem carência antes; já, se não me engano, NDB e a agência alemã são em torno de 10 anos. No primeiro ano seria a execução de R\$ 600 milhões, então seriam somente R\$ 600 milhões e depois mais em torno de R\$ 600 milhões.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** O Sr. Assis Brasil Olegário Filho está com a palavra.

**SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO:** Bom dia a todos e todas, também aqui aos meus colegas do Simpa, a Bete, a Cindi, o Edson e o João. Nós temos os seguintes questionamentos. A negociação salarial e a questão da nossa data base que estávamos fazendo com o Gabinete do Prefeito, com a SMAP e com o chefe de gabinete foi suspensa, alegando que teria uma terra arrasada nas receitas, R\$ 560 milhões, quase 600 milhões. Pela própria apresentação do secretário foi bem, R\$ 67 milhões nos primeiros dois meses, em julho já houve uma recuperação. Além do programa que ele falou, do RecuperaPOA, nós temos hoje um verdadeiro incremento em vários tipos, as pessoas estão comprando material de construção, isso tudo é ISS, material de limpeza, higiene, móveis, colchões, roupas. Então a questão, mais do que aquela previsão catastrófica, não só o programa, mas a própria cidade está se recuperando. Existem programas que não aparecem aí, as empresas, o próprio Simpa foi alagado e não íamos gastar R\$ 140 mil, nós tivemos que reconstruir todo o Simpa com cento e quarenta e poucos mil, que nós não íamos despende. Então esse dinheiro está girando na cidade e nós pagamos, nós recolhemos o ISS, não sonégamos em nada. Houve um aporte para as entidades e para as empresas que estão em dia, que não têm nenhum problema de sonegação, iniciativa privada, de R\$ 1.412,00 para cada funcionário no mês de julho e agosto. Isso dá uma dinâmica na economia. Existem os R\$ 5.100,00 para as famílias, elas têm que comprar, fazer sua reconstrução, isso ajuda. Houve um problema do cadastro da Prefeitura que demorou para deslanchar isso. Isso ajuda também. Então aquela previsão catastrófica não está... Além de outras questões e uma

das questões que nós cobramos, na última reunião com o secretário André Barbosa e o secretário Richard, foi que a Prefeitura tem que apresentar - não sei se apresentou - uma estimativa de receita para ser compensada pelo governo federal. A Prefeitura apresentou essa estimativa de perda de receita para o governo federal fazer o aporte? Isso aí foi colocado, e aí eles disseram que estavam finalizando. Foi finalizado? Porque pode vir algum dinheiro do governo federal, além dos R\$ 1.412,00 para cada empregado de empresa privada que conseguiu provar; os R\$ 1.100,00 para as famílias, fora a questão da amortização. Este ano os juros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal não vão ser cobrados – são menos R\$ 100 milhões que o governo municipal vai ter que pagar. No caixa de junho, eu tinha R\$ 991 milhões – dados do Portal de Transparência, ou seja, o caixa não está raspado. Em maio, eram R\$ 1,49 bilhão, se gastou obviamente com a recomposição; tem R\$ 991 milhões. Então, não tem um déficit, a Prefeitura não está quebrada como alegado. E nós, servidores servidoras, temos uma perda – nós não estamos falando do aumento real antes que venha o pessoal do estado neoliberal dizer que os funcionários querem coisa... fora aqueles sempre, que a gente sabe que são uma cúpula ali, que ganham muito bem, mas a professora que dá aula, o técnico em enfermagem, a enfermeira, o pessoal da assistência social, os operários o DMAE, o fiscal, e mesmo as empresas, nós temos uma defasagem salarial a partir de maio de 2016. Aí vai ser alegado, o governo disse: “Não, nós fizemos a recomposição de 2021 e 2022, mas tem de maio de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e o ano passado, 2023. Portanto, na LDO, não tem que ser previsto só o reajuste anual. Inclusive tem uma lei, que agora não me lembro, votada aqui por esta Câmara, aprovada, que os funcionários têm direito à questão do reajuste – eu não estou falando do aumento real, estou falando do reajuste da inflação. Ou seja, é um contingente de 25 mil pessoas, que se traduzindo em 100 mil pessoas que têm uma defasagem salarial de R\$ 28,00. Ou seja, em maio de 2016, nós ganhamos R\$ 100,00, hoje nós ganhamos R\$ 72,00 – na prática é isso. É um confisco...

Ó, isso aqui é os consignados que o cadastro não sei de onde é que vazou, que essa porcaria desses consignados é o dia inteiro. Até as minhas filhas que não são funcionárias, uma trabalha no laboratório da farmácia da Santa Rita e outra faz doutorado em veterinária no Paraná, recebem ofertando que são municipais. Eu não sei de onde é que saiu esse negócio, porque olha, é uma encheção de saco, com todo o respeito.

Então, os questionamentos são esses: primeiro, não houve essa catástrofe; segundo, existe a possibilidade de mais recurso? Uma negociação política com o Lula, bom, o governo tem que fazer essa negociação, não é o Simpa. Terceiro, a economia hoje está muito mais, tudo bem, foi 25%, aqui realmente parece, mas tu vais no Zaffari Ipiranga? Ou moras ali perto? Ali nunca para, as pessoas estão sempre consumindo – estão sempre consumindo. Então, esses dados, a situação, acho que a recuperação ela vem muito mais antes do que no ano que vem. Então essas questões... e nós achamos... e aqui o Rodrigo é servidor público municipal, foi inclusive do CAD da previdência, inclusive, na época, tinha uma né... enfim, não vamos passar... A oposição depois mudou, mas é um debate que a gente faz, mas olha...

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Cinco minutos.

**SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO:** É isso, nós estamos questionando e nós vamos... obrigado pela recomposição. E tu, Ferronato, como também és servidor público do Tribunal de Contas do Estado...

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Da Fazenda.

**SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO:** Da Fazenda, bah, melhor ainda... (Risos.) É isso, porque assim, ó, aqui na Câmara, e eu não estou cobrando, acho que os funcionários aqui têm... eu já trabalhei na Câmara, já fui diretor geral, diretor de patrimônio e finanças e coordenador de bancada. Os funcionários têm direito, teve reposição inflacionária, porque o Poder Legislativo tem autonomia

para isso. Vocês vão ter uma recomposição bastante salutar no ano que vem, quem for eleito, o próprio prefeito, mas os “Barnabé” mesmo não ganham nada, é quem está na sala de aula, é quem está no posto de saúde, é quem está na FASC, é quem reconstruiu a cidade, os operários do DMAE. Obrigado.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Está bem. A palavra com o Fantinel e o Bruno, se querem manifestar agora, responder ou conversar sobre as manifestações do Assis, sem problema.

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** Vamos lá, Assis, assim, quando a gente iniciou esse processo de enchente, mês de maio ainda, acho que foi nos últimos dias do mês de maio, a gente fez um ofício para o governo federal pedindo R\$ 602 milhões de recomposição de receita, que era a projeção de perda nos tributos próprios da Prefeitura nos próximos 12 meses. Então, assim, a gente estava fazendo de maio... na verdade, de junho de 2024 até maio de 2025 nós projetávamos R\$ 602 milhões de perda. Eu tenho a projeção de hoje, e na projeção de hoje, desses números atualizados, até o final deste ano é uma perda de R\$ 336 milhões. O que acontece? A gente tem aqueles números que apareceram ali, foram R\$ 71 milhões no primeiro mês e R\$ 60 milhões no segundo mês, e o terceiro mês só está positivo em função do RecuperaPOA, mas, infelizmente, o RecuperaPOA não vai acontecer todos os meses. Posteriormente – eu tenho até segmentado por tributo aqui –, a Prefeitura precisou fazer e mandar para a Câmara, que com todo o mérito aprovou esse projeto, a desoneração do IPTU das pessoas que foram atingidas, porque não é lógico, e eu acho que todos vereadores concordam comigo, que a gente continue mandando guias para a pessoa que teve a casa atingida e que perdeu tudo. Só essa lei, só a desoneração do IPTU da área atingida vai nos custar R\$ 118 milhões até o final do ano, porque são pessoas que não vão pagar o IPTU, isso em 2024. Nós ainda temos um contingente de pessoas que pagou à vista e, como a gente não tem, neste momento, disponibilidade para devolver o dinheiro de quem pagou à vista, nós vamos dar um crédito em 2025, então vai ter um

reflexo também no IPTU de 2025. Agora, comparando os números, nós estávamos falando inicialmente em R\$ 600 milhões, e hoje, com ações que a gente já conseguiu fazer, nós estamos com R\$ 340 milhões negativos, e torço muito que esse negócio vá diminuindo, torço muito que esse negócio vá diminuindo, porque a cidade precisa, vocês precisam, os servidores precisam.

Eu acho que a gente tinha um compromisso muito claro e transparente com todos de que nós faríamos o pagamento do IPCA todos os anos, isso sempre foi feito, até que veio a enchente, e quando veio a enchente todo mundo teve que abrir mão de algumas coisas, entendeu? A gente, neste momento, não está podendo pagar a recomposição do IPCA, mas eu espero que seja temporário, mas neste momento a gente não tem condições de fazer isso. A gente sempre antecipou, nos últimos dois anos, o 13º salário no mês de julho. No mês de julho eu disse para o prefeito: “Prefeito, não dá para fazer”. Aí, quando começou a melhorar, durante o mês de julho, a gente falou que iríamos fazer em agosto, para a gente manter esse compromisso, entre aspas, porque não é uma obrigação, nossa obrigação é pagar em dezembro, mas como as coisas melhoraram um pouquinho ali, a gente conseguiu antecipar em agosto, não em julho, como era o previsto inicialmente.

Se as finanças permanecerem melhorando e a gente continuar arrecadando, eu acho que é bom para todo mundo, eu acho que é bom para a cidade, eu acho que é bom para os servidores que a gente tenha capacidade de efetivamente reanalisar toda essa questão, mas neste momento... E digo que este momento é muito melhor do que dois meses atrás, há dois meses nós estávamos numa situação de desespero, sem nem conseguir entrar dentro da Prefeitura, hoje ainda está difícil entrar dentro da Prefeitura, vocês viram como está o nosso prédio, as condições não estão boas, mas a gente não conseguia nem entrar na Prefeitura para minimamente conseguir trabalhar. Houve dias – e vocês foram lá na SMAMUS também – em que nós estávamos brigando por um computador, quando um levantava o outro ia lá sentar para trabalhar um pouquinho, porque era o jeito que a gente teve de trabalhar naquele momento. Eu espero que tudo volte para uma normalidade, se nós tivéssemos dentro de uma normalidade

certamente a questão do compromisso do IPCA teria sido pago, como foi pago em todos os outros anos.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Muito bem, meu amigo Fantinel.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Posso complementar? Complementando a fala do Rodrigo Fantinel – muito bem posta –, também é importante lembrar que nas nossas negociações que estávamos fazendo com Simpa, nós chegamos a dar um percentual de reajuste de um por cento e alguma coisa, que seria a primeira parcela.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** No vale.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Depois nós vamos a palavra para vocês.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Exato, exato, no vale, que foi o compromisso que nós iniciamos dando e que conta, sim, porque é aumento financeiro no bolso das pessoas, porque demonstrando claramente que era nossa intenção de fazer a recomposição do salário, de fazer a recomposição e de repor o caixa, manter o nosso compromisso de fazer o reajuste. Além disso, nós mantivemos para a LDO de 2025 a autorização do reajuste anual e também da reposição da inflação de acordo com a capacidade do Executivo. O governo sempre entendeu a importância dos servidores e por isso que deu reajuste todos os anos. Agora a calamidade se impôs e é importante notar que essa enchente que, parafraseando nosso presidente, nunca aconteceu, é a maior da história do deste País, calamidade natural, se impôs e também existem as hierarquias de necessidades que nós precisamos cumprir. Essas hierarquia estão refletidas na LDO e nos nossos financiamentos para recomposição e combate e prevenção

de futuras calamidades, que totalizam R\$ 5 bilhões ao longo dos próximos anos. Então essas necessidades surgiram, elas competem entre si e é por isso que nós mantemos aberta a possibilidade de repor o salário também, que é um dos nossos objetivos, ao mesmo tempo que nós faremos a reconstrução da cidade nos próximos anos.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Muito bom. Vamos...

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** Só para complementar, Ferronato, infelizmente também, pessoal, e aí não estou aqui querendo politizar a discussão, só estou relatando fatos, a gente não recebeu recomposição nenhuma do governo federal, nem os 600, nem os 300, nem nada. A gente recebeu R\$ 31 milhões de FPM, que veio do governo federal, só; R\$ 31 milhões, e ali a perda, no primeiro mês, é de R\$ 71 milhões.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Foi o que veio até agora, está bom.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Bom, nós fizemos, nós tivemos uma conversa preliminar no início, antes da nossa assembleia, da nossa audiência, estabelecendo um tempo até às 11h, mas vamos passar sem problema. Quais dos vereadores desejam? Robaina já se manifestou. Tu queres falar, Bosco? Vamos já, que estamos indo na ordem. Não. A palavra com o nosso vereador, vice-presidente da comissão, Tiago Albrecht.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Obrigado, presidente, deixa eu pegar meus alfarrábios aqui.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Eu ainda sou do tempo do papel, eu anoto o que eu quero falar.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Eu bati umas fotinhos ali, até se vocês puderem depois disponibilizar para nós; bom dia a todos, bom dia assessorias, políticos, Executivo aqui representado. É um momento crucial na história de Porto Alegre, na história recente, quer dizer, nós ainda estamos tendo os efeitos da tragédia e não nos enganemos, por mais que foi injetado um dinheiro na economia, isso é um Plasil. Quer dizer, com R\$ 5.100,00, tu compra um colchão e um sofá e olhe lá. Então os efeitos... Agora dar essa injeção, isso é bom para a roda da economia, mas, ali adiante, as coisas já deverão voltar ao normal, e o talvez o novo normal de trocentos CNPJs fechados. Graças a Deus, acho que não houve vidas perdidas por causa da enxurrada em Porto Alegre, salvo melhor juízo, mas realmente a gente teve perdas que ainda vão desembocar, por isso a fala do secretário Bruno é importante, a gente está prevendo coisas que a gente não sabe se vai ali na frente... E pode haver uma troca de governo inclusive, deste ano para o ano que vem. Por isso acho que todas as bancadas, sejam de direita, de esquerda ou de centro, precisam estar atentas, e nós, como comissão orçamentária, também temos essa responsabilidade ainda maior, Ver. Gilson, de passar a lupa, de estar em cima, de estar olhando, de estar prospectando, porque pode, e, de novo, é ano que pode trocar governo. Pode ser um governo de direita, de esquerda, de centro-direita, de centro-esquerda, enfim. Então é importante que todas as bancadas estejam bem atentas a esses números, a essas diretrizes, porque é isso que vai pautar o nosso ano que vem.

No que tange ali à exposição que vocês trouxeram, se eu posso pedir uma ampliação, clicarmos e abrimos aqui, a questão de juros e encargos da dívida, não sei se foi o secretário Bruno ou secretário Fantinel... Só para eu entender melhor: juros e encargos da dívida aumentaram aí 19,5%, e V. Sa. falou que foi por causa da enchente. Eu quero entender um pouco melhor...

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Isso é consequência do maior endividamento.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Faz as perguntas, depois, eles respondem todas.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** De largada, eu só queria entender um pouco melhor isso, os outros números estão aí. Seria basicamente isso, chamar a atenção que é o momento crucial da história de Porto Alegre. Acho que, de novo, todas as bancadas têm que estar atentas, não só nós, integrantes da CEFOR, mas também outros colegas vereadores, porque realmente a gente precisa dar passos bem seguros. E a pergunta efetiva é esta: para entender, se o governo recorreu a novos empréstimos, teve que se refinar, tinha dinheiro em caixa, não tinha, só para a gente entender assim, de largada, e claro, à medida que a gente se imiscui no processo, a gente certamente vai ter mais perguntas. Obrigado.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Muito bem. Só quero fazer uma observação: esses créditos, ou melhor, ingressos por financiamento, todos eles de R\$ 5 bilhões, todos para tratar da questão das enchentes, não é? E com relação ao duodécimo. a primeira vez que isso acontece, os duodécimos, dentro dos duodécimos, os encargos com a aposentados passam para a Câmara, essa é uma novidade que nós temos, que merece uma atenção toda especial aqui, do nosso Legislativo. Passo a palavra ao Ver. Roberto Robaina.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Sobre a negociação com o governo federal, porque o Rogério Ceron, que é o secretário do Tesouro, é de uma linha de ajuste fiscal bem rigoroso, digamos que o Ministro da Fazenda também está nessa linha, porque ele está jogando pesado. Só que eu acho que o tema da negociação dos recursos para Porto Alegre, eu não vi até agora o prefeito Melo fazer uma ofensiva política para fazer essa negociação. Eu vi vocês aqui colocando essa pauta, já na última reunião, que eu havia colocado o tema dos R\$ 600 milhões, vocês haviam inclusive dito que estavam cautelosos sobre isso, porque não tinham certeza de quanto seria o valor total, mas que sabia que ia

ter necessidade e estavam pautando o assunto, e o Assis fez essa pergunta, se já havia sido feito esse pedido. Eu considero que esse pedido é importante, porque ele envolve uma unidade da cidade. Vejam, o Simpa, no caso dos vereadores da base do governo aqui, e do próprio líder do governo da Câmara, quando o Simpa vem intervir aqui sempre é acusado: “Ah, não, está com a oposição, está com o PT, com o PSOL. E o Simpa vem aqui dizer: “Não, nós queremos saber se vocês estão fazendo esse pleito, que nós queremos nos somar”. Foi isso que o Assis, em última instância, disse: “Nós queremos nos somar no pedido, na demanda, para que Porto Alegre receba o que perdeu”. E eu acho que é lógico que o Simpa faça isso, até para que o Simpa tenha autoridade – e eu acho que eles, ao fazerem, têm autoridade – de pleitear também o que os servidores perderam, pelo menos na administração atual. Porque, do contrário, fica a próxima administração com uma dívida que é uma dívida desta administração. Aí entra uma coisa muito ruim, que é uma administração responsabilizar a outra e quem é servidor público de carreira fica sendo prejudicado pela alternância de poder, sem que nenhum poder efetivo assumira sua responsabilidade. “Ah, não... Então a perda anterior de 2016 era do Marchezan...” Entende? “Já não é do Sebastião Melo, então o governo não precisa repor.” Ficam economizando em cima dos servidores, que é o que ocorre. Eu vejo que a Câmara está fazendo um esforço também, porque, desses cinco empréstimos, três estão para serem votados agora, e vão ser votados rapidamente. Eu acho que são três que estão sendo votados: para o banco alemão, não sei se... Tem mais dois, né? Três que tão sendo votados agora. E nós vamos, ou seja, a ideia nossa, eu sou líder da oposição, é dar acordo, ou seja, não ficar nem discutindo aqui. Assim dá e ponto. Porque é uma recomposição, não é fácil o problema da dívida porque os juros são altos em geral, ou seja, os juros estão aumentando, então não é uma situação simples o endividamento, mas, bem, agora é a saída que tem. O que eu vejo é que seria útil se o governo fizesse dois movimentos: um movimento de negociação séria com o governo federal. Realmente fazer isso eu não vi. Sinceramente. Uma coisa uma coisa é a discussão entre os órgãos, o secretário da fazenda discutir, bater

lá com o Rogério, secretário de Tesouro, não vai receber R\$ 0,01. O secretário de Tesouro se puder não dar nada para o Rio Grande do Sul, ele não dá! Eu vi as entrevistas que ele deu. Ele é o que limita inclusive, o máximo possível, a ajuda do governo federal, é o que atua para isso, para limitar, como parte de uma pressão do sistema financeiro, que não quer afrouxar em nada o ajuste fiscal do País. Então, esse movimento por um lado. Por outro lado, os empréstimos. Eu acho que seria muito útil reabrir o processo de negociação com o Simpa para garantir a reposição deste ano. Porque não teve negociação, no final. Foi suspensa porque era maio em geral que se negociava, justamente as campanhas dos municipais ocorriam justamente no mês que teve a tragédia, bem, teve o argumento de que não ia poder dar. Mas eu acho que seria importante diante disso fazer um certo compromisso e discutir com o próprio Simpa, discutir com os servidores uma pressão comum para receber recursos, sabendo que a Câmara vai garantir a aprovação unânime de três pelo menos desses empréstimos, e fazer o compromisso de repor as perdas. Porque, do contrário, o próximo governo vai ter que pagar. Então, os servidores perdem agora, se empobrecem agora, e fica uma dívida, que que é uma dívida do governo atual para o próximo pagar. Quer dizer, na verdade só quem perde é o próximo governo e sobretudo só quem perde são os servidores, que não vão ter sequer reposição. Eu acho que que seria útil isso.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Ótimo. Só uma observação, eu acredito também nesse particular que é preciso, além da negociação de agora, começar a tratar de uma recuperação daquelas perdas que aconteceram a partir de 2016. Porque os governos se pagam pouco, se paga o atual e uma pequena parcela, uma negociação das parcelas lá de 2016, vai se colocando em dia essa dívida que a Prefeitura tem com os servidores. Aqui eu vi que nós temos a presença e representação do Simpa. Existe alguma outra representação aí hoje ou não, além dos nossos representantes? Nenhuma. Para concluir, Fantinel, vamos fazer o seguinte, como nós temos ali um bom número de presença das pessoas do Simpa, vamos dar a palavra para mais uma pessoa poder se

manifestar por dois ou três minutos, encerramos as manifestações e passamos para os nossos secretários fazerem toda a consideração de tudo o que aconteceu. Alguém mais do Simpa quer se manifestar? Quem fala pelo Simpa? O Sr. João Ezequiel Mendonça da Silva está com a palavra.

**SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA:** Só para contribuir, vereador. Presidente, obrigado pela oportunidade, um bom dia a todos e a todas. Na verdade, é importante dizer que na mesa... Quando a gente procurou, depois da suspensão que o governo fez das negociações, nós insistimos em retomar as negociações e, na mesa, sempre nos foi dito, pelos secretários, que a Prefeitura de Porto Alegre, em função das enchentes, já tinha uma previsão de déficit da ordem de R\$ 700 milhões até o final do ano. O que, no dia a dia, a cada dia que passa, a cada semana não se confirmam os números apresentados pela própria Prefeitura. E, no caso aqui pelo secretário da Fazenda, não se confirmam, confirmam o contrário. Na verdade, é importante dizer que todo esse período que nós temos de perda já chega na ordem aí de praticamente 30% do poder salarial, uma perda de 30% do poder salarial de todas servidoras e servidores. É importante dizer também que, tanto no episódio da pandemia, quanto no episódio da enchente, que são duas situações calamitosas que a população do Estado e de Porto Alegre teve que enfrentar, nesses dois episódios estavam lá na linha de frente os servidores e as servidoras municipais de Porto Alegre. No caso lá da pandemia, a saúde, a FASC principalmente; no caso agora das enchentes, o DMAE. Nós tínhamos muitas servidoras e servidores que haviam também perdido as suas residências, os seus bens e estavam trabalhando, estavam indo aos alagamentos para defender a população.

É importante dizer também que houve um sucateamento do DMAE e que, portanto, a tragédia foi maior do que deveria ter sido, o sucateamento do governo Melo ao Departamento Municipal de Água E Esgoto de Porto Alegre. Então nós queremos dizer aqui claramente ao governo Melo que esse governo está em dívida com as servidoras e os servidores municipais há muito custo. Esse governo largou a mão das servidoras e dos servidores no momento em que estes

mais precisavam. A gente tem aí uma estimativa de que mais de 20% das servidoras e dos servidores foram diretamente atingidos pelas enchentes, perderam suas casas e neste momento, exatamente neste momento, o governo abandonou, largou a mão das servidoras e dos servidores há muito custo e com muita briga. E está aqui o Ver. Roberto Robaina que participou muito dessa luta conosco. Há muito custo, nós conseguimos fazer com que o governo liberasse a antecipação do 13º salário há muito custo, porque não queria. E foi só, não teve nenhuma outra medida de assistência, de atendimento a servidoras e servidores. Também foi suspensa toda a reposição inclusive aquilo que o governo já tinha apresentado como proposta. Então as servidoras e os servidores aqui representados pelo Simpa... A gente afirma: é necessária uma imediata reposição salarial porque o governo não deve só 2023, a Prefeitura muda de gestão, mas ela é uma só. Portanto, tudo aquilo que ela tem a receber é da Prefeitura, e o que ela deve também é da Prefeitura. Então, o gestor que está à frente da Prefeitura é responsável também pelas perdas anteriores das servidoras e dos servidores. Muito obrigado pela oportunidade.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** O Ver. Tiago disse que tem mais uma pergunta.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Não sei se vai dar tempo de abordar tanto, pode ser mais em linhas gerais. Eu estava anotando e lembrei sobre a readequação dos financiamentos que já haviam sido feitos antes da enchente, a questão do POA Territorial. A pergunta é se consegue canalizar alguma coisa para demandas mais urgentes. Como está isso junto aos bancos? Não sei se, quando muda o destino, tem que ter alguma aprovação.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Muito bom. A palavra com o nosso secretário.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Posso começar? Com relação aos juros e encargos da dívida, nós fazemos um cronograma de dispêndio de pagamento de dívida, que é atualizado todos os anos em parceria com a Secretaria da Fazenda. Dívidas antigas, já contratadas, algumas delas foram diferidas, as nacionais, mas as internacionais, por exemplo, o CAF, nós não tivemos diferimentos. Então...

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Tu dizes quando o governo diz se pode segurar para pagar por causa das cheias?

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Exatamente. Empurra para frente. Então, boa parte disso daí é consequência dos financiamentos que normalmente já tínhamos com órgãos internacionais, que entram no ano que vem com o pagamento dos juros e encargos que permanecem a *full*. Nós tivemos o diferimento principalmente de órgãos nacionais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica...

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Da dívida e dos encargos também?

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** O diferimento é dos encargos e da amortização que foram obtidos por até 24 meses, mas alguns foram só até o final do ano. Então, alguns entram no ano que vem porque foi apenas até o final do ano, e outros foram por mais tempo. Isso explica o aumento dos encargos da dívida a partir de 2025.

Com relação ao POA Territorial da CAF, sim, nós conseguimos redirecionar; não há necessidade de alteração legislativa, porque, dentro do escopo do financiamento, as áreas atingidas já estavam. Então, o que nós estamos fazendo...

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Mudou o serviço, mas a área é a mesma.

**SR. BRUNO BREYER CALDAS:** Exato. Então, nós estamos focando mais para a reconstrução a fim de calamidade, e não necessariamente na revitalização, entendeu? Isso explica muito por que a gente está passando os financiamentos aqui, que são novos, como o alemão, e aqueles que já estão aqui também, que são os da Caixa e do Banco do Brasil. Mas alguns não vão precisar passar, como é o caso da CAF, porque já tinha passado.

Com relação ao Simpa, agradeço as considerações. Acho importante tudo o que vocês trouxeram; não vejo óbice na legitimidade das solicitações. Certamente, o governo Melo leva em consideração e levou em consideração ao longo dos anos, sentando à mesa de negociação, fazendo a recomposição dentro do que era possível. E, certamente, ao longo de 2025, é o que a gente tende a discutir e a olhar, tanto o próprio 2024 quanto o pretérito, como a gente sempre fez. É isso.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Muito bom. Secretário Fantinel.

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** Tiago, só para complementar um pouquinho a resposta do Bruno, aquela projeção ali não é que isso já aconteceu, a gente está projetando números de 2025. Então, a gente tem a ideia de que vamos gastar mais em juros em 2025 do que gastamos em 2024.

Em relação a essa questão que o Simpa traz e tal, primeiro, uma informação que é meio irrelevante, mas só para a gente sair da mesma estaca, vamos dizer assim. O nosso déficit, em maio, que a gente projetava, era de R\$ 1,030 bilhão, não era de R\$ 700 milhões, e isso não tem se confirmado todos os dias, graças a Deus. Não é só graças a Deus, é graças a um monte de trabalho, de um monte de gente, e de um monte de servidores. A gente tem a Prefeitura toda trabalhando todos os dias para diminuir esse déficit, que era de R\$ 1,030 bilhão. Eu digo isso sendo servidor, e tenho muito orgulho de que a gente tem conseguido diminuir esse *gap* de receita e despesa que se abriu em função da enchente. Acho que nós vamos continuar trabalhando, e acho que as coisas vão dar certo, e a gente vai chegar no final do ano talvez com um déficit pequeno,

porque acho que não sei se a gente consegue até o final do ano reverter esse problema do tamanho da enchente. Mas assim, que bom que não está se confirmando, porque se confirmasse, significaria que a cidade estava quebrada e que aí não ia ter negociação nenhuma em 2025. Essa é a verdade, não ia ter dinheiro, simplesmente não ia ter dinheiro. Agora assim, pessoal, outra questão que... Eu entendo a dificuldade de todo mundo, eu tenho um monte de colegas meus que batem na minha porta todos os dias querendo saber disso, tinha fila de colegas meus perguntando sobre a antecipação do 13º, só que eu acho, não é, vereadores, que a gente tem que, nesse momento, ter um pouco de empatia. A mim desagrada ouvir de vocês que o governo Melo largou a mão dos servidores. Todo mundo recebeu o salário em dia todos os meses, enquanto uma quantidade gigante de gente que perdeu a casa também perdeu o emprego, fechou...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL:** Não, perdeu o emprego, ele não tem casa e não tem emprego. E nós estamos pagando salário em dia, todos os meses, que é uma obrigação, é uma obrigação. Nós não estamos fazendo favor para ninguém, as pessoas estão trabalhando e estão recebendo salário. O que a gente não conseguiu fazer, provisoriamente, foi manter a negociação que tinha sido feita. E eu digo provisoriamente, que é o que o Bruno colocou, a gente tem discutido isso dentro do governo, que se houver espaço, a gente volta atrás, como houve espaço para o 13º. E eu respondi, acho que foi o ofício até do Robaina, se não me engano. Se não foi do Robaina, acho que foi no Robaina, perguntando do 13º antecipado, e eu respondi: não, não vai ser. Um mês depois a gente foi lá e antecipou o 13º, porque a gente conseguiu, entendeu, a gente conseguiu achar dinheiro para fazer isso. Então, se tiver espaço, obviamente, a gente volta para a discussão. Agora, o governo não largou a mão do servidor e não vai largar a mão do servidor. Todos os nossos servidores vão continuar recebendo em dia até o final do ano, já tiveram o 13º antecipado e vão receber

o 13º em dezembro. Isso é um compromisso que a gente tem, então, sempre que a gente tiver espaço para fazer as coisas, a gente vai fazer. Neste momento, a gente tem uma situação delicada, vocês têm uma perda salarial, enfim, eu também tenho, todo mundo tem, mas tem gente que não tem salário, pessoal, tem gente que não tem casa. A gente está fazendo uma força-tarefa agora no DEMHAB para fazer 20 mil laudos para comprar residência/casa para 20 mil pessoas. Então, assim, vocês têm que considerar isso também, a cidade está numa situação extremamente complexa, e a gente precisa ter um pouco de empatia quando a gente olha a situação dessas pessoas que perderam tudo, perderam casa, perderam renda, perderam emprego e estão tentando sobreviver.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Muito bom. Quero dizer que foi ótima a presença de todos, a participação, exposição e os pleitos de cada um. Obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h12min.)